DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE: HISTÓRIA LOCAL, SABERES E PRÁTICAS DOCENTES

Profa. Dra. Vilma de Lurdes Barbosa e Melo[1]
Profa. Ma. Márcia de Albuquerque Alves[2]

RESUMO
A proposta desse trabalho se insere na abordagem da história local, com enfoque na história da Paraíba no contexto dos desdobramentos da Ditadura Militar no Brasil. É fruto de um trabalho de pesquisa, produção de materiais didáticos e formação de professores inserido no Programa Memória, Justiça e Direitos Humanos do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB que destina-se a atender as demandas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e suas diretrizes. Neste sentido, corroborando com a implementação da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) que teve como finalidade a apuração das graves violações de Direitos Humanos entre 1946-1988, foi elaborado um livro didático para ser utilizado em quaisquer dos anos da Educação Básica, nele o enfoque é a ditadura e resistência na perspectiva de educar para que nunca mais aconteça. Tanto a repressão quanto a resistência estão presentes em vários municípios paraibanos, dentre esses a pesquisa, a produção do livro e a formação de professores focaram aqueles que apresentaram acontecimentos marcantes durante a ditadura militar: Areia, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, João Pessoa, Rio Tinto e Sapé.

Palavras-chaves: Direitos Humanos; Educação Básica; História Local; Livro didático.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objeto da história é por natureza o homem, ou melhor, os homens, no tempo segundo Bloch (2001). Atrás dos vestígios, artefatos e escritos, está a ação dos homens que a história se propõe a capturar. A história é uma experiência humana, tal como afirma Barbosa (2010), uma experiência inserida em contextos de tempo, espaço e processo. E cada lugar possui sua especificidade, sua diferença. Possui singularidades e se constitui, tal como afirma Bittencourt (2004) em uma fração da totalidade essencial por possibilitar uma multiplicidade de olhares para o entendimento da história.

Apesar de compreendermos como essencial o conhecimento da história local, os currículos minimamente a contemplam em boa parte da Educação Básica, como por exemplo, nos anos finais do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, nesses níveis ela se apresenta como sugestão para abordagem de acordo com o Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2010), compondo uma parte diversificada pelas características *regionais e locais* da sociedade. Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1ª a 4º série (1997), a história local é uma sugestão de Eixo Temático em conteúdos de história, que variam de elementos mais próximos dos alunos, como sua família, seu bairro, sua cidade a esferas mais amplas como a história do estado, chegando, por fim, a história do país[3].

---

[1] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora no Departamento de Metodologia da Educação e no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de História – GEPEH/CNPq. E-mail: <vilmaufpb@uol.com.br>.
[2] Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Ensino de História – GEPEH/CNPq. E-mail: <marciaalbq@hotmail.com>.
[3] Destacamos que para este artigo estamos considerando os referenciais curriculares em vigor, já que novo documento norteador para a elaboração dos currículos nas esferas federal, estadual e municipal está em

Diante deste contexto e a partir do que é definido pelos documentos oficiais é que os conteúdos de história local são inseridos, ou não, nos referenciais curriculares estaduais e nos currículos e planos de ensino. Assim, a presença de contextos locais como conteúdos históricos nas salas de aula, fica na dependência de elementos variados como, por exemplo: maior clareza e ênfase no que prescrevem esses documentos; na formação dos professores – sejam licenciados em Pedagogia ou em História; nas abordagens presentes nos livros didáticos; e, nas condições matérias efetivas que os professores encontram nas escolas[4].

No caso do Estado da Paraíba, os Referenciais Curriculares de História para o Ensino Fundamental (2010) e Médio (2007), contemplam a História da Paraíba fazendo uma conexão entre o nacional e local. Esses dois documentos compartilham do pensamento de Bittencourt (2004), que afirma a história local como fundamental para o aluno já que possibilita a compreensão do passado nos vários espaços de vivência – escola, casa, comunidade, trabalho, lazer – como também, por situar questões inerentes à história no tempo presente. A abordagem da história local pode trazer a evidência o processo histórico vivido por pessoas e segmentos sociais que de outra sorte não seriam contemplados. É a oportunidade de conectar espaços e temporalidades em diversas dimensões – local, regional, nacional e global.

> A construção local de uma história tem significado analítico em referencia ao sistema do qual foi recortado, porém, em uma nova perspectiva, que contemple a revisão das grandes sínteses históricas, que em geral, não comportavam estudos de temas locais. Através do recurso à história local pode-se formular perguntas, suscitar questões, estabelecer a relação entre prática e teoria. É importante estar atento para o fato de que a abordagem local, metodologicamente falando, tem o seu sentido garantido, principalmente se tomada como parte do sistema maior que a integra: a região, o estado nacional, o contexto internacional. (MELO: 2015, p. 31-32).

É neste sentido que o presente artigo se insere na perspectiva da história local, precisamente na História da Paraíba, focalizando o contexto brasileiro dos desdobramentos do regime militar impetrado em 1964. Apresenta o produto de um trabalho de pesquisa que culminou com a produção de material didático e o planejamento de formação de educadores, ações inseridas no Programa de Extensão Memória, Justiça e Direitos Humanos[5] do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, que por sua vez, destina-se a atender as demandas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e suas diretrizes.

> As bases deste livro estão vinculadas às demandas do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, especialmente no que diz respeito ao Eixo Orientador VI – Direito à Memória e à verdade, Diretriz 24 – Preservação da memória histórica e construção pública da verdade, que propõe o desenvolvimento de ações educativas a exemplo da elaboração de material didático-pedagógico para a educação básica. (FERREIRA et al, 2016, p. 9).

Assim, o material produzido a partir da pesquisa corrobora com a implementação da Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528/2011), que teve a finalidade da apuração de graves violações de Direitos Humanos entre 1964-1988. Foi elaborado enquanto recurso de apoio didático para a Educação Básica, independente de nível ou modalidade de ensino. Seu

---

construção, como é o caso do documento da Bases Nacionais Comuns Curriculares, que pode ser consultada no endereço < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio> Acesso em: 10 jun. 2014.

[4] Neste caso, nos referimos especificamente às escolas da rede pública de ensino.

[5] Este Programa que foi aprovado no Edital de 2013 do Programa de Apoio à Extensão – PROEXT, da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), contou com três subprojetos: 1. Memória e Resistência à Ditadura Militar – compartilhado memórias; 2. Formação em Direitos Humanos – memória e verdade; 3. Orientação e Apoio Sócio, Psíquico e Jurídico aos perseguidos políticos e seus familiares. O presente artigo trata especificamente de ações do subprojeto dois.

objetivo é provocar uma reflexão sobre o regime ditatorial e resistência na perspectiva que se estude este passado recente do país para que se aprenda a resistir às formas de opressão, e assim, de educar para que nunca mais aconteça.

Considerando o contexto nacional, o estado da Paraíba foi um espaço significativamente atingido pela repressão, mas também se constituiu um território de resistências. Desta forma, a pesquisa e a produção do livro[6] contemplaram cidades que apresentaram acontecimentos marcantes durante o período do regime militar, que são: Areia, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, João Pessoa, Rio Tinto e Sapé.

Considerando aspectos teóricos e metodológicos provenientes da abordagem da história local, buscamos estruturar uma pesquisa e produção textual e imagética que desse conta da temática proposta pelo Programa de Extensão Memória, Justiça e Direitos Humanos do NCDH/UFPB. Rememorar experiências vividas pode dar visibilidade a processos históricos e dessa forma contribuir com a construção de novos significados, ampliando a visão do passado e do presente, foi nesse sentido que se deu a pesquisa e a elaboração do livro didático "Direito à memória e à verdade: saberes e práticas docentes", que aqui apresentamos.

A CONCEPÇÃO DO QUE É UM LIVRO DIDÁTICO

Consideramos que o referido material, objeto desta reflexão, é um livro didático. Mas, o que é um Livro Didático? O que torna um livro, "didático"? Essas são questão pertinentes e necessárias na busca da compreensão do material escolar mais utilizado. De acordo com Freitas:

> Livro didático é, portanto, um artefato impresso em papel, que veicula imagens e textos em formato linear e sequencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores, e que tem a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar. (p. 15)

O "uso em situações didáticas", nos parece ampliar possibilidades para além das salas de aula em escolas, sejam ela públicas ou privadas, e aponta para a diversidade de espaços educativos nos quais tal material pode ser empregado. Já o "predominantemente" demarcado pelo autor, nos remete a outra ampliação dos sujeitos envolvidos, já que não são apenas alunos e professores que podem se utilizar desse recurso didático. Estes aspectos delimitam exatamente a compreensão que caracteriza o livro produzido e aqui apresentado.

Ainda acordo com Bittencourt (2004), o livro didático é um material que se caracteriza pela composição de vários sujeitos que agem desde sua produção ao consumo. Possuem funções essencialmente diferentes de acordo com o local e o momento que é produzido e utilizado em escolas ou em diversas situações.

É uma mercadoria, uma vez que está inserido no mercado editorial; tem uma base de conhecimento escolar proposto pelos currículos; é um suporte metodológico, por possuir além dos conteúdos teóricos, atividades e sugestões. No entanto, também possui uma característica de sistema de valor de determinada ideologia, cultura, época e sociedade.

Considerando que estamos trabalhando na perspectiva do livro didático enquanto manual, podemos observar que este ainda possui como característica, ser planejado e organizado para uma função didática. Para Alves (2012, p. 57) "o Livro Didático em si é um suporte informativo direcionado para um determinado público e função, diferente de qualquer outro livro". Nele podem estar inseridos os mais diversos recursos e linguagens históricas,

[6] O projeto prevê ainda e a formação de educadores, reunindo professores da rede estadual e municipal, militantes dos direitos humanos que atuam em movimentos e organizações sociais, educadores populares, representantes sindicais e das associações nos municípios contemplados. Essa etapa tem programação prevista para ser realizada a partir do mês de agosto do corrente ano.

mesmo que esses, originalmente, não tenham sido produzidos com um caráter didático, assim, inicialmente não foram criados com esta intenção, mas tornam-se didáticos, através da aplicação que deles seja feita, são eles: documentários, filmes, literatura (contos, poesias, romances, entre outros), músicas, artes em suas diversas expressões, cartas e fotografias, entre outros. Ou seja, são materiais que o educador aplicando através de diversos métodos, adapta-os aos sentidos que desejem dar aos conteúdos e ao próprio processo de ensino e de aprendizagem.

Nesta perspectiva, o livro didático que ora apresentamos, possui ambas as características, foi criado com a finalidade didática, mas contempla inúmeros recursos que inicialmente não tem a função de ensinar, mas tornam-se recursos didáticos eficazes na discussão, reflexão e compreensão do que foi o Regime Militar no Brasil, especialmente com relação aos aspectos de resistência ao mesmo. Partindo desses aspectos, apresentamos os passos da pesquisa e o seu produto.

A PROPOSTA

Este trabalho advém da experiência de pesquisa que teve inicio a partir de uma proposição, qual seja, dar conta do desafio de produzir um material de caráter didático para atender a educadores que trabalham em duas situações específicas: nas salas de aula das escolas municipais e estaduais e em situações de aprendizagem, como por exemplo, nos sindicatos, em movimentos sociais organizados e/ou em grupos comunitários. O desafio seguinte foi o de definir critérios para a demarcação do território que seria alcançado pelo Projeto, essa decisão foi gestada considerando municípios que apresentassem algum evento significativo de resistência ao golpe militar e ao estabelecimento de um governo ditatorial no Brasil, especialmente nas décadas de 1960 e 1970.

Algumas possibilidades se apresentaram e de acordo com a viabilidade de execução da pesquisa, sete municípios paraibanos foram inseridos no projeto, que previa a investigação histórica, a elaboração textual, a impressão do livro didático e a execução de uma ação de formação junto a professores da rede de ensino e educadores atuantes em diversificados espaços. Assim, foram contemplados sete municípios situados nas seguintes mesorregiões: Mata Paraibana (João Pessoa, Rio Tinto e Sapé); Agreste (Areia e Campina Grande) e no Sertão (Cajazeiras e Catolé do Rocha).

Quanto às fontes e acervos consultados, destacamos como significativo o aporte propiciado pela Nova História que com a ampliação do conceito de fontes e de documento histórico, viabilizou metodologicamente renovadas pesquisas. Nesse sentido, a parceria com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), o Comitê Paraibano Memória, Justiça e Verdade (CPMJV); a Comissão da Verdade do Município de João Pessoa (CV-JP); Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da UFCG e o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), abriu um leque de possibilidades à consulta de arquivos que contribuíram expressivamente para a escrita do material que compôs o livro aqui apresentado.

Além desses, os novos meios de comunicação nos interligam ao mundo constantemente e a *internet* tornou-se aliada à pesquisa, facilitando, por exemplo, o acesso a bibliotecas e acervos que disponibilizam fontes documentais escritas e imagéticas sobre o período estudado, tanto do contexto nacional como do local, além de possibilitar o acesso a informações gerais sobre a historiografia dos municípios, o que ajudou a compor o objetivo de contemplar a história local presente no livro elaborado.

A premissa de que conhecer o histórico da ditadura na Paraíba vai além do interesse acadêmico, visto que a comunidade precisa conhecer a história silenciada ou omitida da historiografia oficial, aponta para a percepção da importância da liberdade, da democracia e

da cidadania, pelo qual muitos brasileiros/paraibanos lutaram no campo da resistência se rebelando contra um regime antidemocrático.

Assim, a proposta do livro configurou-se a partir da ótica dos direitos humanos, da necessidade de sistematização de conhecimentos históricos sobre a resistência a ditadura militar implantada no Brasil na segunda metade do século XX; do objetivo de nesse contexto nacional contemplar o espaço paraibano a partir da concepção da história local e, por fim, da materialização desse conhecimento em um livro destinado a abordagem didática da temática na Paraíba.

ESTRUTURA DO LIVRO DIDÁTICO "DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE: SABERES E PRÁTICAS DOCENTES"

O primeiro elemento a considerar sobre a estrutura do livro produzido é a sua autoria. Ele foi escrito por três professoras universitárias[7] e, contou com a colaboração em dois capítulos distintos, de mais dois autores[8], todos com inserção no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. De igual forma o livro contou com a significativa participação autoral das ilustrações que o compõem[9].

Outro elemento importante é o seu caráter instrumental, foi elaborado para atender uma clientela definida – professores da rede pública de ensino e educadores em variados espaços urbanos e rurais dos sete municípios já citados. Nesse sentido, o livro divide-se em duas partes.

Compondo a primeira parte da obra, intitulada de "Saberes docentes e direito à memória e à verdade", três capítulos foram idealizados considerando saberes que oferecem suporte teórico, historiográfico, documental e didático. O primeiro deles intitulado de "Revisitando o Direito à Memória e à Verdade", apresenta uma reflexão sobre elementos fundamentais a cerca dos direitos humanos – faz isso apontando memória(s) através dos documentos oficiais e neles a voz ouvida e registrada, provenientes de depoimentos e entrevistas. Prossegue refletindo sobre "Ativar a memória e buscar a(s) verdade(s)", delimitando a premissa de que lembrar tem um significado importante no sentido de fazer com que essa lembrança leve a uma ação efetiva para que nunca mais aconteça a usurpação dos direitos humanos.

Explica como se deu a criação das Comissões da Verdade espalhadas pelos estados brasileiros, e dá destaque ao caso da Paraíba com a Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória, enquanto expoente do direito a infromação. Essa última efetivou grupos de trabalho para realizar pesquisas documentais e testemunhais nas seguintes frentes: Mortos e desaparecidos políticos do regime militar; Mapa da Tortura; A bomba estourada no Cine-Teatro Apolo 11 no município de Cajazeiras-PB; Cassação de mandatos eletivos e de magistrados; Demissão de servidores públicos federais, estaduais e municipais; Ditadura e Gênero; Estrutura de repressão na Paraíba; Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil; Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional; Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses.

---

[7] Profa. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, professora no Departamento de História e no Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos – UFPB; Profa. Dra. Maria de Nazaré Tavares Zenaide, professora no Departamento de Serviço Social e nos Programas de Pós Graduação em Educação/CE e em Direitos Humanos/CCHLA – UFPB; Vilma de Lurdes Barbosa e Melo, professora no Departamento de Metodologia da Educação e no Programa de Pós Graduação em História – UFPB.

[8] Prof. Me. Carmélio Reynaldo Ferreira, professor no Departamento de Jornalismo da UFPB e Márcia de Albuquerque Alves, Coordenadora de assuntos Históricos, Artísticos e Culturais – CAHAC do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do estado da Paraíba – IPHAEP.

[9] Trata-se do artista plástico paraibano Flávio Tavares.

A conclusão deste capítulo, no sentido de instrumentalização aqui referido, tem a seguinte direção:

> Como você pode ver Educador(a), ao nos referimos a memória e verdade dos tempos vividos durante a Ditadura Militar no país, é significativo o que a sociedade civil, organizada já conseguiu, embora os trabalhos iniciados ainda precisem percorrer um longo caminho até obter mais visibilidade dos seus resultados. Sabemos também que os espaços de educação – as escolas, os sindicatos, as associações entre outros – precisam partilhar esses conhecimentos já construídos com seus alunos, associados e membros. (Ferreira et al. 2016, p. 33).

Em continuidade a essa reflexão e não menos importante, se apresenta o capitulo 2, intitulado de "Legislação e prescrições para o Direito à Memória e à Verdade – os marcos regulatórios", nas onze páginas as autoras promovem uma linha de raciocínio histórica na qual através de quadros promovem uma compilação cronológica com marcos regulatórios gerais e informações adicionais no interregno de 1979 a 2015, tendo como fontes o PNDH 1, 2 e 3 (1996; 2002; 2009) e o PNEDH (2007). Afirmam a importância de se conhecer os marcos que delimitam as possibilidades de "educar para que nunca mais aconteça...", seguindo a mesma perspectiva de que:

> A partir desse conhecimento, estaremos nos instrumentalizando para apreender os possíveis espaços de ação que temos na sociedade e, ao mesmo tempo, poderemos retornar as memórias e as falas silenciadas, construindo assim, novas verdades. (Ferreira et al. 2016, p. 39).

Dar visibilidade a sistematização desses marcos, serviu de base para a demarcação das prescrições na legislação e as consequentes alterações nas diretrizes que norteiam a Educação Básica e Superior. Corroborando nesse sentido, um segundo quadro é apresentado, desta feita, com marcos regulatórios da educação e informações adicionais, contemplando o período de 1996 a 2012. Assim, os leitores a quem o livro é direcionado, mas não apenas esses, podem conhecer e consultar quando necessário essa linha do tempo da legislação brasileira que de alguma forma tem ligação com a temática proposta do direito è memória e à verdade.

Para a conclusão dessa primeira parte do livro é dedicado um capítulo mais metodológico, que orienta e sugere o trabalho pedagógico através das sequências didáticas, seu título já expressa literalmente a proposta: "Sequências didáticas – uma forma de planejar a Prática Docente para a abordagem do Direito à Memória e à Verdade no Brasil". Oportunamente, é disponibilizado, observando um caráter propositivo[10], que inclusive acompanha todo o restante do livro, a definição, os procedimentos metodológicos e caminhos possíveis para construção de uma sequência didática sobre a temática do livro[11].

A segunda parte, intitulada "Práticas Docentes e Direito à Memória e à Verdade" é composta por nove capítulos e foi idealizada como espaços, caminhos e materiais para discutir a questão de direitos humanos, sempre a partir de algum fato vivenciado nos sete municípios citados e, utilizando-se de múltiplas linguagens historiográficas e a sua produção discursiva, tecendo a possibilidade de uma relação aproximada entre conteúdos históricos inerentes ao regime militar e as formas de resistência ao mesmo, e a pesquisa e o ensino de história em variados espaços e contextos educativos.

---

[10] Na segunda parte do livro, como atividade a ser desenvolvida no processo de ensino e aprendizagem, todos os capítulos sugerem a elaboração de uma sequência temática, seja como uma preparação de aula para professores e educadores, seja como uma construção que envolva os sujeitos da aprendizagem, para além dos dois já mencionados, os educandos.

[11] Este capítulo disponibiliza inclusive um modelo completo e devidamente preenchido, seguindo o eixo temático orientador dos estudos: Cidadania, participação política e poder; os temas tratados: cidadania, liberdade e direitos civis e políticos; a Unidade: A ditadura Militar no Brasil. Essas definições tem como base a aplicação do que prescreve os Referenciais Curriculares do Ensino Médio do Estado da Paraíba.

Quadro demonstrativo da segunda parte do livro “Direito à Memória e à Verdade: saberes e práticas docentes”

Capítulo	Práticas docentes através de...	Municípios	Temática
1	Arquivos	Areia Cajazeiras Campina Grande Catolé do Rocha João Pessoa Rio Tinto Sapé	Arquivos de acesso público enquanto lugares de memória. **DPOS-PB**.
2	Memorial		Memorial enquanto uma instituição permanente, com funções de guarda, preservação e divulgação de informações, dados, imagens e objetos relativos a indivíduos, instituições e lugares. **Memorial das Ligas Camponesas.**
3	Teatro		Como patrimônio material e como gênero artístico. No segundo caso, através de um ou mais atores, encenar histórias, episódios e narrativas que despertem sentimentos e reações. **Milagre brasileiro com o grupo teatral Alfenim.**
4	Cinema		Possibilidades do cinema enquanto recurso para promover aproximações entre contextos históricos, realidades, fenômenos, acontecimentos e os conteúdos dispostos nos códigos disciplinares de qualquer área do conhecimento. “**Cabra Marcado para Morrer”; “Sobreviventes de Galileia”; “A família de Elizabeth Teixeira”.**
5	Música		Cantores, compositores e grupos musicais – a transgressão e os censores. Musica como linguagem histórica. **Cantata para Alagamar**
6	Biblioteca		As bibliotecas e suas modalidades – física e virtual. A formação de leitores para a vida toda como fundamental para preservar memórias e histórias do regime militar e da resistência cidadã **Programa Nacional da Biblioteca na Escola. Sítios na Internet** **Bibliotecas públicas nos municípios**
7	Literatura de Cordel		Papel, barbante ou grampos, poucas imagens, rimas, muita criatividade e uma função social. **Literatura de Cordel de autores paraibanos sobre o contexto da ditadura militar e a resistência.**
8	Depoimentos		A voz no papel e na memória. Registros orais, depoimentos consentidos de pessoas que, de alguma forma, sofreram as determinações da ditadura militar no Brasil – perseguições, exílio, morte, demissões, desaparecimento de familiares, entre outros. **Testemunhos no Projeto Compartilhando Memórias.** **Impactos da ditadura militar nos sete municípios na Paraíba.**
9	Desenho		Possibilidades de trabalho educativo com o desenho em sala de aula. A arte e sua função social. **A leitura do regime militar e da resistência na arte de Flávio Tavares.**

Essa segunda parte se configurou assim, em um trabalho conjunto que contempla em meio aos nove textos, a história local de sete cidades paraibanas, prestando orientação para elaboração de atividades e sequências didáticas, como também uma referência bibliográfica de indicação de trabalho e leitura para o professor/educador.

Para compor a parte visual deste material didático, o artista plástico Flávio Tavares deu vida a 14 telas com uma composição reflexiva e provocativa em relação a ditadura militar, a repressão e a resistência.

As ilustrações possuem por natureza uma linguagem específica e um poder de constituição no imaginário. Segundo Bittencourt,

> Imagens diversas produzidas pela capacidade artística humana também nos informam sobre o passado das sociedades, sobre suas sensações, seu trabalho, suas paisagens, caminhos, cidades, guerras. Qualquer imagem é importante, e não apenas aquelas produzidas por artistas. Fotografias ou quadros registram as pessoas, seus rostos e vestuários e são marcos de uma história. (2004, p. 53).

Neste sentido, estas ilustrações proliferam informações a serem suscitadas pelos educadores para que seu uso não perpasse a simples composição estética, mas que provoque, juntamente com o texto, reflexões teóricas. As imagens possuem o poder da significação, mas precisam de condução para uma leitura além das linhas, ou seja, uma leitura que contemple as representações dos detalhes. Cada imagem que compõe o livro objeto deste estudo possui uma mensagem específica para existir naquele local. São registros criativos que dão visibilidade a sentimentos, anseios, caminhos e sonhos retratados nos traços delicados e precisos do artista. A sua presença neste material é essencialmente didática. Suas telas são textos, são denúncias, são vozes e são provocações para uma reflexão aprofundada sobre as marcas da ditadura militar no Brasil e na Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro *"Direito à Memória e à Verdade: Saberes e práticas docentes" foi* elaborado em um formato que tanto professores, militantes, defensores dos direito humanos (formação e prática), quanto alunos (conhecimento e aprendizagem) podem fazer uso cotidianamente em diversos espaços educativos, se constituindo em um conhecimento significativo por abordar o conteúdo da ditadura militar e os direitos humanos.

No entanto, esta proposta intenciona provocar reflexões sobre a ditadura militar no Brasil e **na Paraíba**, mas principalmente, dar visibilidade a fatos e processos, suscitando questionamentos, reflexões e conhecimentos sobre a conjuntura política e as articulações do poder que se refletiram em repressão, opressão, torturas, mortes e marcas que perduram até os dias atuais.

A pesquisa aqui apresentada, bem como um dos seus produtos – o livro citado, contribui para a reflexão sobre os acontecimentos de uma história local, afinada com variadas temporalidades e espacialidades, pois retrata imposições ditatórias e formas de resistência e luta, com elementos do cenário nacional e local. Segundo as autoras:

> Conhecer o período da ditadura militar no Brasil vai além do interesse de historiadores, pois toda a população brasileira precisa ter as informações que foram subtraídas pela história oficial, para compreender a importância da defesa das liberdades fundamentais e da democracia, assim como dos esforços de muitos brasileiros que agiram no campo da resistência ao golpe militar, dos que se rebelaram contra o regime antidemocrático, violador dos direitos humanos. A partir desse conhecimento, estaremos nos instrumentalizando para apreender os possíveis espaços de ação que temos na sociedade e, ao mesmo tempo, poderemos retornar as memórias e as falas silenciadas, construindo assim, novas verdades. (Ferreira et al. 2016, p. 11).

Afirmamos que elaborar este artigo sobre o livro *Direito à Memória e à verdade: Saberes e práticas docentes*, partiu de algumas considerações, ente elas: é oportuno para

divulgar o material que, por conta do limite dos recursos financeiros e do objetivo primeiro a que se destina – para uso nos municípios pesquisados; que, por ser fruto de um convênio entre UFPB e SESU/MEC, não possibilita a sua comercialização; e, pensando que esse material apesar de tratar de municípios específicos no estado da Paraíba, tem importância para os demais na perspectiva da sua visibilidade e intersecção com a história dos estado, da região e do país. Nesse sentido, o material produzido será disponibilizado no site da NCDH – CCHLA/UFPB.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia de Albuquerque. *O afro-descendente na historiografia didática de história da Paraíba para o Ensino Médio:* de 2001 a 2011 sob a luz da Lei 10.639/2003. Dissertação de Mestrado no PPGH/UFPB. João Pessoa, 2012.

BARBOSA, Vilma de Lurdes e FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva e. História. In: *Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental*: Ciências Humanas, Ensino Religioso e Diversidade Sociocultural. Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência Executiva da Educação Infantil e Ensino Fundamental. João Pessoa: Grafset, 2010, p. 11-156.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos.* São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história,* ou, O Ofício de historiador. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais:* Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>

BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos 1* (PNDH-1). Brasília: SEDEH/PR, 1996. Disponível em: <http://dhnet.org.br/dados/pp/pndh/textointegral.html>

BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos 2* (PNDH-2). Brasília: SEDEH/PR, 2002. Disponível em: <http://dhnet.org.br/dados/pp/pndh/pndhconcluido/index.html>

BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos 3* (PNDH-3). Brasília: SEDEH/PR, 2009. Disponível em: <http://dhnet.org.br/pndh/index.htm>

CALISSI, Luciana e SILVEIRA, Rosa M. Godoy. Ciências Humanas e suas tecnologias: conhecimentos de história. In. *Referenciais Curriculares para o Ensino Médio na Paraíba.*

Paraíba. Secretaria da Educação e Cultura. Coordenação de Ensino Médio. João Pessoa: A União, 2007. p. 81-167.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; e MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. *Direito à memória e à verdade*: Saberes e práticas docentes. João Pessoa: CCTA, 2016.

FREITAS, Itamar. Livro Didático de História: definições, representações e prescrição de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de e OLIVEIRA, Almir Félix Bueno de (Orgs.). *Livros Didáticos de História*: escolas e utilizações. Natal: Editora da UFRN, 2009, p. 11-19.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. *História Local*: contribuições para pensar, fazer e ensinar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.